

ATA Nº CPL - 052 /2025.

Processo ADM Nº. 035/2025 - Pregão Eletrônico nº. 017/2025 - SRP Nº 012/2025

CONTRATANTE: FUSAM - FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

CONTRATADA: FABRICIO DE RAMOS & CIA LTDA EPP

"Registro de Preços para Eventual Aquisição de Cadeiras e produtos Ergonômicos"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, POR INTERMÉDIO DA PRESIDENTE SR^a MARCELA APARECIDA DA SILVA FRANÇA E A EMPRESA **FABRICIO DE RAMOS & CIA LTDA EPP**, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CADEIRAS E PRODUTOS ERGONÔMICOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

Aos 22 dias do mês de Julho de 2025, na FUSAM – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava na Sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Av. Dr. Pereira de Mattos, n.º 63 - Centro, em Caçapava, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 50.453.703/0001-43, neste ato representada pela Presidente e Membro da Fundação, Sr.^a MARCELA APARECIDA DA SILVA FRANÇA, nomeada pela PORTARIA 001/GAB, DE 01 DE JANEIRO DE 2025, **FABRICIO DE RAMOS & CIA LTDA EPP**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.725.489/0001-36 - I.E nº 392.127.255.117, sediado(a) na Av. Maria Augusta Fagundes Gomes, 639 - Res. São Paulo Jacareí - SP - CEP: 12.322-300, doravante designada DETENTORA, neste ato representado(a) por **Fabício de Ramos**, qualificado na função de Sócio administrador e Representante Legal, e-mail: licita@comsellesdobrasil.com.br/pedidos@comsellesdobrasil.com.br, na qualidade de adjudicatária no pregão eletrônico nº 017/2025 processo administrativo nº 035/2025, cujo inteiro teor a DETENTORA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam a presente Ata de Registro de Preços, neste instrumento ora denominada apenas de ATA, de acordo com Lei Federal nº 14.133/2021 e seus atos regulamentadores; Lei Complementar Federal nº 123/06 em suas redações atuais; Decreto Municipal nº 4.985/2023; supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços para Eventual Aquisição de Cadeiras e Produtos Ergonômicos, por um período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.2 - Consideram-se integrantes da presente ATA, como se nela estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar:

FABRICIO DE RAMOS:27430466869 Assinada de forma digital por FABRICIO DE RAMOS:27430466869
Dados: 7025 07 78 09 64 47 0100

1.2.1 - O instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a respectiva proposta de preços, elaborada e apresentada pela DETENTORA, datada de 10/06/2025, bem como os novos preços e condições definidos por lances e eventuais negociações conforme consignados na ata que registrou aqueles lances e negociações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão relacionados em quadro resumo anexo a esta ATA.

2.2 - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, estabelecida na forma do **item 17** do Edital, consta como anexo a esta ATA.

2.3 - Os anexos citados **nos subitens 2.1 e 2.2** serão partes integrantes da presente ATA, como se nela estive transcrito.

CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 - O órgão gerenciador da Ata será: **FUSAM–FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**

CLÁUSULA QUARTA - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Por força do § 3º do artigo 86 da Lei nº 14.133, de 2021 fica vedada a utilização da ata de registro de preços, gerenciada pela Administração Pública municipal, por órgãos ou entidades não participantes, com exceção dos órgãos pertencentes a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA DA ATA E DOS PRAZOS DE ENTREGA

5.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por até mais 1 (um) ano, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2 - Para a comprovação da vantajosidade a que se refere o item anterior, deverá ser observado, no que couber, o artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.3 - Para aquisição de forma imediata dos itens registrados nesta ATA, será enviada pelo órgão responsável ao DETENTOR "Autorização de Fornecimento" por e-mail, o qual fica obrigado a confirmar seu recebimento e efetuar a entrega dos itens no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do envio/recebimento do e-mail, sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21 e nesta ATA.

5.3.1 - Cada "Autorização de Fornecimento" a ser emitida conterà no mínimo:

a) Objeto da Ata de Registro de Preço;

FABRÍCIO DE
RAMOS:27430466869

Assinado de forma digital por FABRÍCIO
DE RAMOS:27430466869
Data: 2025.07.28 09:45:25 -03'02'

- b) Número do Registro de Preços;
- c) Valor da Ordem de Fornecimento;
- d) Prazo de Entrega;
- e) Local da Entrega;
- f) Descrição e quantificação do(s) bem(ns); e
- g) Recursos orçamentários que serão onerados pela despesa correspondente.

5.3.2 - Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pelo detentor da Ata, para serem submetidos à apreciação do órgão responsável, o qual será o responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados.

5.3.2.1 - Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:

a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução previstas na Autorização de Fornecimento;

b) Impedimento de execução do prazo por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.

5.3.2.2 - Na análise da documentação apresentada, poderá o órgão gestor solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto à sites ou outros meios.

5.3.2.3 - Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.

5.3.2.4 - A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo de entrega.

5.3.3 - No momento da emissão da autorização de fornecimento serão verificadas:

a) A regularidade para com as Fazendas Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Estadual e Municipal, bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

b) O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA - CNJ) e a Relação de Apenados de Impedimentos de Contrato/Licitação disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP);

b.1) Se o detentor incorre em penalidades do artigo 156, incisos III e IV da Lei nº 14.133/21, as quais poderão obstar a emissão da Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil.

c) Havendo a impossibilidade da obtenção dos documentos por meio eletrônico, será a detentora da ata notificada para que providencie o envio da documentação sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

5.4 - Para eventual aquisição de forma parcelada será firmado instrumento contratual entre o órgão responsável e a empresa detentora da Ata, o qual estará devidamente acompanhado do cronograma de entrega dos itens bem como conterá as demais condições de execução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 - A DETENTORA deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências do precedente instrumento convocatório, obrigando-se a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, o material que vier a ser recusado pelo órgão responsável, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto da ATA e da decorrente contratação.

6.2 - Os locais e demais condições para entrega dos materiais estão definidos no termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO

7.1 - Os valores para pagamento das futuras aquisições onerarão os recursos orçamentários e financeiros que se fizerem oportunos durante a vigência da presente ATA.

7.1.1 - Serão indicados em cada contrato ou documento equivalente quais recursos orçamentários serão onerados pela despesa correspondente.

7.2 - O pagamento das futuras aquisições será efetivado até 30(trinta) dias contados do adimplemento das obrigações previstas no Edital e termo de referência, após devidamente atestada pela unidade gestora, bem como instruída com os documentos exigidos pelo ato convocatório.

7.2.1 - O pagamento será efetivado pela Tesouraria do órgão responsável através de depósito em conta bancária da DETENTORA.

7.2.2 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, bem como a falta do cumprimento de alguma das obrigações previstas no **item 7.2**, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização.

7.2.3 - O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, "pro rata tempore".

CLÁUSULA OITAVA - REVISÃO E CANCELAMENTO

8.1 - A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 3 (três) meses, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

8.2 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original, se houver outros fornecedores para o respectivo item.

§ 3º No caso da impossibilidade de redução de preços para equiparação aos valores de mercado, caberá ao órgão gerenciador produzir ato administrativo suspendendo a eficácia do registro de preços. Tal ato poderá suspender os efeitos parciais ou totais da respectiva ata.

8.4 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - se constatado o desequilíbrio, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.5 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

§1º O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º A extinção do registro de preços relativamente a um fornecedor, mesmo sendo aquele detentor da ata de registro de preços, não afeta a ata como um todo, prevalecendo os registros aos demais fornecedores.

8.6 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

9.1 - Fornecer o objeto desta ATA nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.

9.2 - Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

9.3 - Manter, durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

9.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infelizmente do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução desta Ata, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da DETENTORA, com referência a estes encargos, não transfere ao órgão responsável a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

9.5 - Aceitar os acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços ao estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 - Demais obrigações da DETENTORA estão definidas no termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1 - gerenciar a ata de registro de preços, acompanhando o consumo dos itens registrados, controlando o saldo de cada órgão participante.

10.2 - indicar os fornecedores, sempre que solicitado, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços.

10.3 - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.

10.4 - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.5- receber os pedidos de revisão dos preços registrados e manifestar-se sobre eles, submetendo a deliberação à autoridade competente.

10.6 - decidir pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, bem como realizar os procedimentos necessários a comprovação da vantajosidade.

10.7 - acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento.

10.8 - Nomear servidor responsável para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da ATA, nos termos da cláusula décima quarta desta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL/ÓRGÃO PARTICIPANTE

11.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela detentora da ata, de acordo com cláusulas desta Ata de registro de preço, eventuais cláusulas contratuais, termo de referência e os termos de sua proposta.

11.2 - formalização dos contratos administrativos específicos, no caso de órgão participante não pertencente a Administração Municipal.

11.3 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4 - Notificar a detentora por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

FABRICIO DE RAMOS:27430466869 Assinado eletronicamente por FABRICIO DE RAMOS em 27/04/2025 às 14:07:09

11.5 - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11.6 - informar ao órgão gerenciador quando o fornecedor não atender as condições estabelecidas na ata de registro de preços, bem como sobre as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

12.1.1 - As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

12.2 - Caberá ao órgão gerenciador da ATA a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.3 - Caberá ao órgão participante exercer sua competência própria no tocante à fiscalização do contrato, tendo competência para impor sanções por inexecução contratual e demais atos relacionados ao cumprimento das cláusulas contratuais. Eventuais sanções impostas pelo órgão participante deverão ser formalmente informadas ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS

13.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta ATA e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

13.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições da presente ATA, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar estas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NOMEAÇÃO

14.1 - Fica designado os funcionários, **José Carlos dos Santos e Sidinei Alves de Campos**, Técnicos de Segurança do Trabalho pela FUSAM, para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução da ATA, para fins, do disposto no artigo 117, e parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

FABRICIO DE
RAMOS:27430466869Assinado de forma digital por FABRICIO DE
RAMOS:27430466869
Dados: 2025.07.28 09:48:09 -03'00'

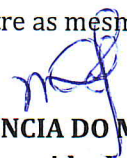
15.1 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

15.2 - As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, bem como em contrato, quando couber.

15.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração nas condições da presente ATA, em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

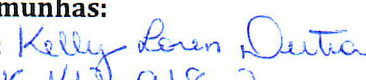
16.1 - As partes elegem o foro da Prefeitura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda da presente Ata de Registro de Preços e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

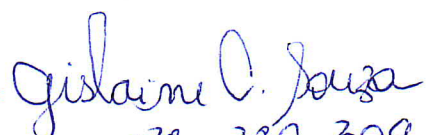

FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA - FUSAM
Marcela Aparecida da Silva França
CPF nº 349.724.868-13
Presidente da FUSAM

FABRICIO DE RAMOS & CIA LTDA EPP.
CNPJ nº15.725.489/0001-36 - I.E nº 392.127.255.117
Av. Maria Augusta Fagundes Gomes, 639 - Res. São Paulo Jacareí - SP - CEP: 12.322-300
Telefone/Fax: (12) 3951-1062 / 3952-3830 - e-mail: licita@comsellesdobrasil.com.br /
pedidos@comsellesdobrasil.com.br

Representante Legal
FABRÍCIO DE RAMOS
Sócio administrador e Representante Legal
CPF/MF: 274.304.668-69 - RG: 28.089.138-6

Testemunhas:

Nome: 
RG: 46.147.918-7

Nome: 
RG: 28.280.309-9

MINUTA - LC - 01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS

Processo nº. 035/2025 - Pregão Eletrônico Nº. 017/2025 - SRP Nº 012/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA - FUSAM

CONTRATADO: FABRICIO DE RAMOS & CIA LTDA EPP

ATA Nº (DE ORIGEM): 052/2025

OBJETO: Registro de Preços para Eventual Aquisição de Cadeiras e Produtos Ergonômicos

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de fevereiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Caçapava, 22 de Julho de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: *Marcela Aparecida da Silva França*

Cargo: *Presidente da Fusam*

CPF: 349.724.868-13

Assinatura: _____



FABRICIO DE RAMOS:27430466869

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: *Marcela Aparecida da Silva França*

Cargo: *Presidente da Fusam*

CPF: 349.724.868-13

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: *Marcela Aparecida da Silva França*

Cargo: *Presidente da Fusam*

CPF: 349.724.868-13

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: *Fabício De Ramos*

Cargo: *Diretor Comercial*

CPF nº 328.176.788-50

Assinatura: *FABRICIO DE RAMOS:27430466869* Assinado de forma digital por FABRICIO DE RAMOS 27430466869
Data: 2025.07.28 09:49:41 -03'00'

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: *Kelem Karla de Lima*

Cargo: *Gerente Financeiro*

CPF: 054.438.196-31

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: *José Carlos dos Santos*

Cargo: *Técnico de Segurança de Trabalho*

CPF: 098.512.068-14

Assinatura: _____

Nome: *Sidinei Aves de Campos*

Cargo: *Técnico de Segurança de Trabalho*

CPF: 084.263.988-80

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: **Controle Interno**

Nome: *Francyllen Beatriz de Azevedo Soares*

Cargo: *Controle Interno*

CPF: 111.457.154-78

Assinatura: *Francyllen Soares*

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).

MINUTA - LC - 02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

Processo nº. 035/2025 - Pregão Eletrônico Nº. 017/2025 - SRP Nº 012/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA - FUSAM

CNPJ Nº: 50.453.703/0001-43

CONTRATADA: FABRICIO DE RAMOS & CIA LTDA EPP

CNPJ Nº 15.725.489/0001-36

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 052/2025

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2025

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

OBJETO: "Registro de Preços para Eventual Aquisição de Cadeiras e Produtos Ergonômicos"

VALOR (R\$): R\$ 6.514,56 (SEIS MIL, QUINHENTOS E QUATORZE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS)

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

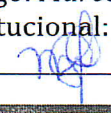
- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Caçapava, 22 de Julho de 2025.

RESPONSÁVEL:

Nome e cargo: *Marcela Aparecida da Silva França – Presidente da Fusam*

E-mail institucional: *presidencia@fusam.com.br*

Assinatura: 

FABRICIO DE
RAMOS:27430466869

Assinado de forma digital por FABRICIO
DE RAMOS:27430466869
Dados: 2025.07.28 09:50:25 -03'00'



GRADE DE PREÇOS - PE 017/2025
FABRÍCIO DE RAMOS & CIA LTDA EPP.
CNPJ nº15.725.489/0001-36 - I.E nº 392.127.255.117
Av. Maria Augusta Fagundes Gomes, 639 - Res. São Paulo Jacareí - SP - CEP: 12.322-300
Telefone/Fax: (12) 3951-1062 / 3952-3830 - e-mail: licita@comsellesdobrasil.com.br / pedidos@comsellesdobrasil.com.br

Processo nº 035/2025 - Pregão Eletrônico nº 017/2025 - SRP nº 012/2025
Ata nº 052/2025 - Início: 23/07/2025 - Término: 22/07/2026

Representante Legal
FABRÍCIO DE RAMOS
Sócio administrador e Representante Legal
CPF/MF: 274.304.668-69 - RG: 28.089.138-6

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANT.	UNID.	VALOR PROPOSTO	FORNECEDOR	VALOR TOTAL
5	99946	APOIO DE PUNHO	104	UNID	R\$ 39,48	FABRICIO RAMOS	R\$ 4.105,92
6	99956	APOIO MOUSE PAD	104	UNID	R\$ 23,16	FABRICIO RAMOS	R\$ 2.408,64
VALOR TOTAL							R\$ 6.514,56

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE CADEIRAS ERGONÔMICAS E PRODUTOS ERGONÔMICOS PARA ESCRITÓRIOS

•Objeto

O objetivo principal é a compra de cadeiras e produtos ergonômicos para a área administrativa em geral.

•Fundamentação da Contratação

A justificativa da compra destes produtos visa atender ao cumprimento da Norma Regulamentadora 17, Lei nº6.514 de 22 / 12 / 1977 e Portaria nº3.214 de 08 / 06 / 1978.

•Descrição da solução

Material	Quantidade	Preço Unitário	Total
Cadeiras ergonômicas	104uni	R\$ 500,00	R\$ 52.000,00
Cadeira ergonômica para obesos	03uni	R\$ 950,00	R\$ 2.850,00
Cadeiras fixas	24uni	R\$ 180,00	R\$ 4.320,00
Cadeiras Executiva Caixa Alta	07 uni	R\$590,00	R\$4.130,00
Suporte em aço para monitor	104uni	R\$ 160,00	R\$ 16.640,00
Apoio de punho	104uni	R\$ 90,00	R\$ 9.360,00
Apoio mousepad	104uni	R\$ 30,00	R\$ 3.120,00
Apoio para os pés	104uni	R\$ 70,00	R\$ 7.280,00
		TOTAL	R\$ 99.700,00

CADEIRAS ERGONÔMICAS: ASSENTO E ENCOSTO: Fabricados em espuma injetada de alta resistência tipo ecológica, isenta de CFC (clorofluorcarbono), com densidade 45 a 55kg/cm³. Capas em PP de alta resistência ao impacto pelo sistema de injeção termoplástica. Forração em corvin preto.

MECANISMO DE REGULAGEM: Fabricado em chapa de aço com espessura 3mm. Possui 2 alavancas de regulagem, sendo 01 para regulagem de inclinação do encosto

(contato permanente da lombar) e 01 para regulagem de altura do assento. Com catraca automática para regulagem de altura do encosto. COLUNA (Pistão): Classe 3. Acabamento preto, dotado do sistema pneumático a gás com amortecimento também pneumático, com intervalo de regulagem de 120mm (para cadeiras secretaria)

BASE: Reta com cinco patas fabricado em tubo de aço industrial 25 mm x 25 mm com espessura de 1,5mm unidos pelo sistema de solda Mig, com solda em todos os lados (hastes). Possui capa PP (plástica) de proteção; RODÍZIOS: Em nylon com fibra de vidro, de alta resistência com giro duplo.

Base em aço reforçada com 4 pontos de solda e capa P.P (Polipropileno).

Com apoio de braços, com regulagem de altura.

PESO SUPORTADO: Até 120Kg



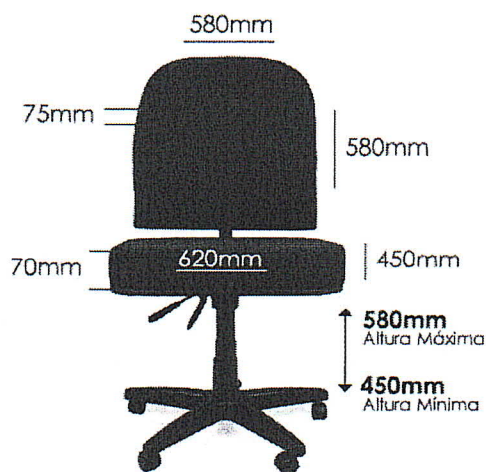
Especificações:

- **Altura do Encosto:** 365mm
- **Largura do Encosto:** 460mm
- **Espessura do Encosto:** 40mm
- **Profundidade do Assento:** 450mm
- **Largura do Assento:** 480mm
- **Espessura do Assento:** 55mm
- **Densidade da espuma do encosto:** 45cm3
- **Densidade da espuma do assento:** 55cm3

CADEIRAS ERGONÔMICAS PARA OBESOS: ASSENTO E ENCOSTO: Fabricados em espuma injetada de alta resistência tipo ecológica, isenta de CFC (clorofluorcarbono), com densidade D-65. Forração em corvin preto.

MECANISMO DE REGULAGEM: Fabricado em chapa de aço com espessura 3mm. Possui 2 alavancas de regulagem, sendo 01 para regulagem de inclinação do encosto (contato permanente da lombar) e 01 para regulagem de altura do assento. Com catraca automática para regulagem de altura do encosto. **COLUNA (Pistão):** Classe 4. Acabamento preto, dotado do sistema pneumático a gás com amortecimento também pneumático, com intervalo de regulagem de 120mm. **BASE:** Reta com cinco patas fabricado em tubo de aço industrial 25 mm x 25 mm com espessura de 1,5mm unidos pelo sistema de solda Mig, com solda em todos os lados (hastes). **RODÍZIOS:** Em nylon com fibra de vidro em P.U, de alta resistência com giro duplo. Com apoio de braços com regulagem de altura

PESO SUPORTADO: 180Kg



Especificações:

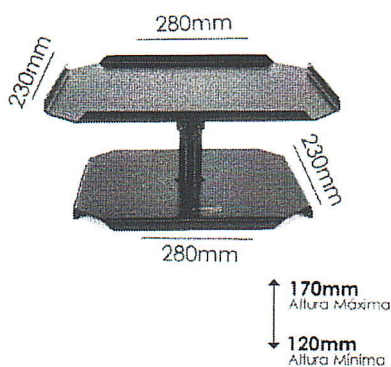
- **Altura do Encosto:** 580mm
- **Largura do Encosto:** 580mm
- **Espessura do Encosto:** 70mm
- **Profundidade do Assento:** 450mm
- **Largura do Assento:** 620mm

- Espessura do Assento: 70mm
- Densidade da espuma do encosto: 45cm³
- Densidade da espuma do assento: 55cm³



Cadeiras secretária fixa: base em aço, 4 pés palito, trapézio, sem apoio de braços, forração em corvin na cor preta, espuma injetada que não deforma, capa em PP.

Suporte para monitor: suporte para monitor bandeja mini, produzido com materiais de qualidade e resistência. Com ajuste de altura fazendo possível a customização necessária para o conforto alinhando a visão do monitor com a sua visão. Duas bases de ferro estilo bandeja possibilitando sua utilização universal por variadas marcas.



Informações técnicas:

Fabricado em Aço Carbono SAE 1020 chapa de 2 mm de espessura, pintura eletrostática a pó na cor preta, possui manípulo de 1/4 x 1/2 para regulagem de altura.

Base inferior: possui borrachas anti-derrapante, perfil "U" em toda sua extensão evitando atrito e deslize da base com a mesa.

Apoio de punho: Apoio de punho em P.U, protege e dá apoio aos punhos e evita lesões musculares por esforços repetitivos (LER). Facilita a digitação tornando mais confortável.

Especificações:



•Comprimento: 500mm

•Largura: 95mm

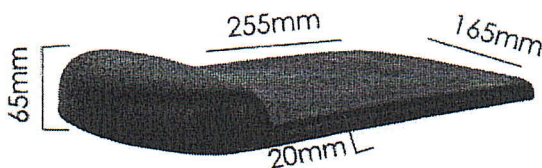
•Espessura: 22mm

Mousepad: MousePad com apoio ergonômico em P.U., injetado em uma só peça, cor preta. Ideal para alinhar o punho durante a digitação prevenindo lesões no punho por esforço repetitivo.

O apoio age na região dos punhos mantendo o alinhamento, evitando os desvios involuntários durante o ciclo de trabalho.

Informações técnicas:

Fabricado em P.U "Macio" que permite maior conforto e menor compressão na região dos punhos, podem ser limpos e desinfetados com álcool, e não absorve suor, assim evitando contaminação e Dermatites de outros usuários que utilizem a mesma estação de trabalho.



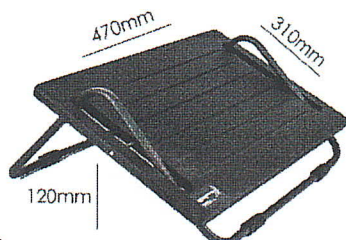
Especificações:

•**Comprimento:** 255mm

•**Largura:** 165mm

•**Espessura:** 70mm

Apoio para os pés: apoio para pés em Madeira compensada móvel, estrutura em tubo de aço dobrado, pintado com pintura epóxi na cor preta com borrachas antiderrapantes ideal para área de escritórios e home office.



Informações técnicas:

Possui regulagem de inclinação livre e frisos na plataforma para evitar que os pés deslizem.

Especificações:

•**Altura:** 120mm

•**Largura:** 310mm

Cadeira Caixa Executiva Ergonômica NR17, feito de material resistente, garante postura correta e equilibrada, contribuindo para a sua saúde postural.

Apresenta sapatas nos pés para fácil locomoção e limpeza. Giratória com deslocamento



em 360 graus sem a necessidade de mudança de posição.

Peso Real Suportado (kg): 110kg

Estrutura - Giratória: Sim

Material Assento/Encosto: corvin na cor preta

Densidade Espuma: D45

Largura Assento(cm): 48cm

Profundidade Assento (cm): 43cm

Espessura Assento (cm): 4,5cm

Largura Encosto(cm): 44cm

Altura Encosto(cm): 36cm

Espessura Encosto(cm): 3,5cm

Regulagem de Altura a Gás: Sim

Atura Assento ao solo Mín - Máx(cm): 65cm – 77cm

Largura Total(cm): 57cm

Altura Total(cm): 113cm – 125cm

Profundidade Total(cm): 57cm

Altura do Aro ao solo Mín - Máx(cm): 20cm – 32cm

Regulagem de inclinação do encosto: Sim

Regulagem de altura encosto: Sim

Braços Reguláveis: Sim

Com Sapata: Sim

Com Aro: Sim

•Contratação

Compra de cadeiras e produtos ergonômicos, para uso do administrativo em geral, bem como nos consultórios.

•Modelo de execução do objeto

Trata-se de aquisição por compra de cadeiras e produtos ergonômicos.

•Modelo de gestão do contrato

A aquisição deste serviço é anual, visando atender as normas acima referenciadas.

•Critério de Medição e Pagamento

Pagamento ocorrerá de acordo com a aquisição.

8. Forma e Critérios de seleção do fornecedor

A aquisição se dará pelo menor valor.

9. Estimativa do Valor da Cotação

R\$ 99.700,00 é o valor total.

10. Recebimento

O recebimento será realizado conforme o pedido, e recebido na instituição pelo Departamento de Segurança do Trabalho e o Setor de Patrimônio.

Declaramos, para os devidos fins, que os requisitos do presente Termo de Referência serão cumpridos na íntegra.

Caçapava, 10 / 03 / 2025.

Assinatura da unidade requisitante

FABRICIO DE RAMOS:27430466869 Assinado eletronicamente por FABRICIO DE RAMOS em 10/03/2025 às 14:03:07